



Chrys Chrystello

Cultura Inigualável

Decreta-se que todo o músico deve atuar gratuitamente em 90% dos eventos para os quais é convidado, todo o escritor deve abdicar do seu tempo para embelezar eventos patrocinados, e o mesmo se aplica a artistas plásticos, dançarinos, pintores, escultores e demais fazedores de arte.

Só assim podemos democratizar a arte e torná-la acessível às massas que nada entendem de cultura.

Em troca o estado deve conceder o rendimento mínimo a tais artistas para que eles possam criar livremente.

Temos de combater ferozmente a comercialização da arte nessa competição inglória de artistas e escritores com jogadores de futebol que são quem verdadeiramente entretêm as massas na sua excepcional mestria de pontapear o esférico para dentro das redes.

Para a saúde espiritual do povo, devem manter-se os apoios e subvenções às atividades religiosas incentivando a participação maciça em procissões, festas religiosas, romarias.

A televisão deve continuar a sua missão civilizadora mostrando todas as catástrofes, desgraças e demais tragédias que ocorrem para todos os que não têm tempo de observar a realidade que os rodeia, apimentando a vida sexual de cada um com o voyeurismo de séries de sucesso como o Big Brother, que espelha, de facto, a sociedade contemporânea e que se não aprende nos bancos da escola ou nas universidades

Deve ser ministrado nas escolas um ensino de história revista e corrigida dos erros do passado imperialista e colonialista e na língua devemos extirpar a etimologia discriminatória que tem caracterizado a sociedade portuguesa desde há mil anos, por entre chauvinismo, machismo e opressão, usando-se a neo língua neutra que não ofende nem menoriza ninguém.

Só assim poderemos dar o salto para o futuro e colocar o país em competição com os restantes que pagam mais do dobro dos nossos salários e cujo custo de vida é metade do nosso.

A saúde deve ser devidamente paga em vez de sistematicamente deficitária e paga com subvenções estatais, incentivando-se a escolha de seguros individuais de saúde, e idêntica medida se deve aplicar nas escolas e universidades de forma a que não sejam perenemente deficitárias permitindo que os encarregados de educação possam escolher as melhores escolas para os seus filhos e não as escolas públicas onde abundam professores descontentes e desmotivados.

Os hospitais públicos, sempre deficitários, devem ser reformulados permitindo aos melhores médicos e enfermeiros o trabalho em unidades privadas dispondo do mais recente equipamento e metodologias pois só a busca do lucro pode conduzir a melhores tratamentos e intervenções cirúrgicas.

A justiça que hoje é lenta e custosa deve ser privatizada para que os melhores advogados se possam ocupar dos casos verdadeiramente importantes e não das pequenas causas e dívidas que hoje entopem os tribunais e a que ninguém satisfazem, permitindo que os credores possam executar livremente a cobrança das suas dívidas diretamente dos devedores.

Devem ser igualmente revistos e suspensos todos os Planos de Ordenamento Territorial e de Urbanismo que só entorpecem o verdadeiro e harmonioso desenvolvimento do tecido urbano e rural.

As leis de proteção do meio ambiente em nada contribuíram para a melhoria das alterações climáticas e aquecimento global, estando provado que de nada serviram, pelo que devemos seguir o princípio da regeneração natural que sempre foi o mais eficiente meio de a Terra se revitalizar, o que ciclicamente acontece com vulcões, furacões, terremotos, inundações, deslizamentos de terras, tsunamis e outras formas de se atingir um equilíbrio ecológico natural.

No campo político devemos abdicar das restrições de mandatos e outras medidas que impedem os bons políticos de concluírem as suas obras de longo prazo. Igualmente se deve afinar o sistema de voto para as pessoas cultas e esclarecidas, dado que uma grande maioria de iletrados vota sem saber como nem porquê, o que distorce a realidade e permite a subida ao poder de populistas e ditadores. E com elevados níveis de abstenção que demonstram que essas pessoas não estão interessadas em votar e, portanto, devem ser libertadas dessa exigência eleitoral desnecessária que só prejudica uma boa governação.

Uma sociedade só é perfeita quando os cidadãos tiverem tantos deveres quantos os direitos, e aquilo que se assiste, hoje, é a proliferação de direitos sem os correspondentes deveres, com todos os encargos e injustiças e iniquidades no sistema judicial e na justiça social.

Deve ser abolido o rendimento de inserção social que criou gerações de párias e não permite o emprego total, devendo ser constitucionalmente garantido o direito ao trabalho por parte de todos os cidadãos.

Por último devemos fechar a imigração que só serve para descaracterizar o tecido da sociedade portuguesa, desvirtuando a sua herança e tradições com a introdução de hábitos e costumes estrangeiros, totalmente alienígenas da sociedade. Éramos todos muito mais felizes quando não éramos comandados por Bruxelas, nem tínhamos o Euro que só veio encarecer o custo de vida, destruindo as pescas, a agricultura e outras atividades económicas que fizeram de Portugal um país rico num passado recente.

Se conseguí ler isto tudo até aqui sem se beliscar, devo alertá-lo que a minha sátira é uma forma subtil de reagir à tirania que nos manipula e a fina ironia é apanágio dos loucos. Cito Jack Kérouac

“Aqui estão os loucos. Os desajustados. Os rebeldes. Os criadores de casos. Os pinos redondos em buracos quadrados. Os que fogem ao padrão. Aqueles que veem as coisas de um modo diferente. Não se adaptam às regras, nem respeitam o status quo. Pode citá-los, discordar, glorificá-los ou caluniá-los. Mas a única coisa que não pode fazer é ignorá-los. Porque eles mudam as coisas. Empurram a raça humana para a frente. E enquanto alguns os veem como loucos, nós vemos-os como geniais. Porque as pessoas suficientemente loucas para acreditar que podem mudar o mundo, são as que o mudam.”

PS defende criação de um Plano de Apoio à Saúde mental das Crianças

O Grupo Parlamentar do PS/Açores propõe a criação de um Plano Regional de Apoio à Promoção da Saúde Mental para Crianças e Jovens. Wilson Ponte Gomes adianta que esta proposta, entregue no parlamento açoriano, pretende colmatar “a falta de estratégia que há a nível da saúde mental, em concreto, no plano de recuperação de aprendizagens, que se pretende implementar na Região”.

“É um público jovem que precisa, mais do que nunca, de uma resposta também a este nível, porque nós não podemos desligar a recuperação da aprendizagem dos nossos alunos de uma resposta também ao nível da saúde mental”, acrescenta o deputado do PS/Açores, realçando que “a recuperação das aprendizagens vai ampliar a pressão sobre os alunos”.

Vilson Ponte Gomes, que falava depois de uma reunião com o Conselho Executivo da Escola Secundária da Lagoa, sublinha “que devido aos sucessivos períodos de confinamento e de isolamento, as crianças e jovens viram-se obrigadas a adaptar as suas necessidades educativas a um sistema de ensino diferente”, viram-se “privados de uma aprendizagem social e emocional e também de limitações nos contatos sociais de interação em contexto escolar” e, agora, enfrentam uma pressão adicional com o processo de recuperação das aprendizagens que lhes vai ser exigido.

Em concreto, adianta o parlamentar, a iniciativa do GPPS/Açores defende a “criação de um Plano Regional de Apoio à Promoção da Saúde Mental, diferenciado para cada freguesia e concelho da Região, alargado à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário, de forma a garantir uma ampla rede integrada de ação e intervenção junto das crianças e jovens, com vista a assegurar respostas públicas face ao impacto negativo e expectável do atual contexto pandémico e das suas consequências”.

Vilson Ponte Gomes refere ainda a necessidade de se reforçarem os recursos necessários para dar resposta a estas necessidades, nomeadamente, “o reforço dos profissionais com formação especializada e experiência na área da psicologia”.

A proposta pressupõe uma “intervenção comunitária” envolvendo não só as Escolas, mas também as Autarquias e Entidades locais, por forma a garantir uma “ação mais abrangente”.

O projeto de resolução também defende a realização de “uma campanha de rastreios validados para a avaliação mental global das crianças e jovens, integrada em protocolos que prevejam o encaminhamento dos rastreios positivos para serviços de Saúde Mental e que possam assegurar no imediato a intervenção e acompanhamento psicológico adequado”.